

ARNALDO RIZZARDO

CURSO DE

DIREITO AGRÁRIO

2.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

CURSO DE DIREITO AGRÁRIO

ARNALDO RIZZARDO

2.^a edição revista, atualizada e ampliada

1.^a edição: maio de 2013



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [06-2014]

Universitário (Texto)

Fechamento desta edição [05.06.2014]



ISBN 978-85-203-5300-4

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
I – A Definição de Direito Agrário	19
II – Direito Agrário ou Direito Rural e Autonomia Legislativa	21
III – Objeto do Direito Agrário e Atividade Agrária	23
IV – Caracterização e natureza do direito agrário	25
V – Princípios e Fontes do Direito Agrário	27
VI – Relação do Direito Agrário com outros Ramos do Direito	30
VII – A Origem do Direito Agrário	32
VIII – Uma Visão do Direito de Propriedade Através dos Tempos	34
IX – O Sistema da Propriedade Rural desde os Primórdios do Direito Brasileiro	35
X – As Tentativas de Codificação e a Autonomia do Direito Agrário	38
XI – A Política Agrícola	40
XII – A Função Social da Propriedade	46
XIII – A Função Social e a Utilização Racional e Adequada da Propriedade	50
XIV – Imóvel Rural	52
XV – Tributo Incidente em Imóvel Localizado em Zona Urbana, mas com Destinação Rural	55
XVI – Latifúndio	61
XVII – Minifúndio	63
XVIII – Módulo Rural, Módulo Fiscal e Fração Mínima de Parcelamento	65
1. Módulo rural – MR	65
2. Módulo fiscal – MF	67
3. Fração mínima de parcelamento – FMP	70
XIX – Zona Típica de Módulo – ZTM	73
XX – Propriedade Familiar	75
XXI – Tamanho da Propriedade Rural, ou Pequena, Média e Grande Propriedade Rural	77
XXII – A Pequena e Média Propriedade e sua Proteção	81
XXIII – A Pequena e Média Propriedade e a Reforma Agrária	83
XXIV – Desmembramentos de Imóveis Rurais	86
XXV – O Georreferenciamento e o Sistema Geodésico Brasileiro	90
1. A ideia e a finalidade	90
2. A regulamentação	91
3. Prazo para o georreferenciamento	94

4. O Sistema Geodésico Brasileiro	97
XXVI – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR.....	99
XXVII – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.....	106
XXVIII – Retificação Administrativa de Área	108
1. Casos de retificação administrativa	108
2. Requisitos para o pedido	109
3. A tramitação cartorária	109
4. Remanescentes de áreas alienadas e retificação de divisas por confrontantes.....	111
5. Hipóteses de dispensa de retificação	111
6. Retificação para aumentar a extensão da área	113
XXIX – Reforma Agrária.....	115
1. Conceituação na Constituição Federal e no Estatuto da Terra	115
2. Objeto e metas da reforma agrária.....	116
3. A política de socialização da terra	117
4. Rumos atuais na exploração da terra e o sistema da reforma agrária.....	118
5. A propriedade produtiva	118
6. Estimativa do Grau de Eficiência de Exploração – GEE	123
7. A metodologia para aferir a produtividade da terra	124
8. Graus de utilização e de eficiência para caracterizar a produtividade do imóvel.	125
8.1. Quanto ao grau de utilização.....	125
8.2. Quanto ao grau de eficiência na exploração.....	129
XXX – Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária	135
1. O alcance do interesse social e da função social	135
2. Terras insuscetíveis de desapropriação.....	136
3. Imóveis destinados à reforma agrária e suscetíveis de desapropriação	137
4. Imóveis rurais e sua localização	141
5. A justa indenização	142
6. Juros compensatórios na desapropriação para fins de reforma agrária	146
7. Condições para o assentamento	153
8. Pessoas excluídas em programa de reforma agrária de imóveis desapropriados ...	156
9. Imóvel remanescente à área desapropriada	156
10. Vistoria do imóvel para fins de reforma agrária	157
11. Desapropriação para fins de reforma agrária por descumprimento da função social de preservação do meio ambiente	161
12. Desapropriação e invasões da área	164
13. Competência para a desapropriação para fins de reforma agrária.....	167
14. O procedimento da ação de desapropriação para fins de reforma agrária.....	167
15. A ação que discute o preenchimento dos requisitos para a desapropriação e suspensão da imissão de posse.....	173
XXXI – Contratos Atípicos ou Não Regulamentados Especificamente.....	176
XXXII – Compra e Venda de Safra Futura e Revisão Contratual	178
XXXIII – O Preço Mínimo dos Produtos Agrícolas.....	185
1. A previsão legal da garantia.....	185
2. Competência para estabelecer o preço mínimo.....	186

3. As formas de garantia do preço mínimo.....	188
4. A fixação do preço mínimo abaixo do custo do produto	190
5. A venda de produtos abaixo do preço mínimo	194
XXXIV – Terras Devolutas como Bens Públicos	195
1. A origem do sentido de terras devolutas	195
2. Caracterização e alcance.....	195
3. Terras devolutas e terras sem dono ou sem matrícula imobiliária	197
4. Terras devolutas arrecadadas	199
5. Inclusão das terras devolutas como bens públicos.....	201
XXXV – A Proteção Possessória e o Descumprimento da Função Social da Propriedade Rural.....	203
XXXVI – Empresa Agrária, Agroindústria e Agronegócio	208
XXXVII – Distinção Entre a Empresa Agrária e a Empresa Rural Definida no Estatuto da Terra	212
XXXVIII – Empresário Agrário Individual	214
XXXIX – Estabelecimento Agrário	217
XL – Direito de Superfície Agrária.....	220
XLI – Licenciamento Ambiental para a Atividade Agrária.....	224
XLII – Áreas de Preservação Permanente, ee uso Restrito e de Destinações Especiais	229
1. Caracterização e especificação das áreas de preservação permanente.....	229
2. Tratamento para situações especiais das áreas de preservação permanente	232
3. Criação de áreas de preservação permanente	234
4. Regime de proteção das áreas de preservação permanente	235
5. Atividades rurais em Áreas consolidadas de preservação permanente e recomposição.....	237
6. Recomposição de áreas de preservação permanente de até quatro módulos fiscais e de áreas destinadas à reforma agrária.....	242
7. Áreas de uso restrito	243
8. Uso ecológico sustentável dos apicuns e salgados	244
9. Supressão de vegetação nativa para o uso alternativo do solo	246
XLIII – Área de Reserva Legal ou Ambiental.....	248
1. Motivações que levaram à reserva legal ou ambiental.....	248
2. A compreensão da área de reserva legal ou ambiental	249
3. Fatores que influem na localização da área de reserva legal.....	251
4. As dimensões de áreas a serem preservadas na reserva legal ou ambiental.....	251
5. Condições relativas à constituição de áreas de reserva legal	252
6. A utilização da área de reserva legal	253
7. Redução da área de reserva legal	256
8. Áreas excluídas de constituição de reserva legal e inclusão de espécies frutíferas e exóticas para a composição da vegetação.....	256
9. Redução ou aumento da área de reserva legal dos Estados indicada pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE estadual.....	257
10. Casos do cômputo da área de preservação permanente para a composição da área de reserva legal.....	258
11. A especialização e o registro da reserva legal ou ambiental	259

11.1. Regulamentação do Cadastro Ambiental Rural – CAR	264
12. Áreas consolidadas em áreas de reserva legal	271
13. Autorização para a exploração de florestas nativas ou sucessoras não integrantes de áreas de reserva legal	274
14. Penalidades para aqueles que se omitem em encaminhar o registro da área de reserva legal e dispensa de autuações	276
15. Regulamentação do programa de regularização de áreas rurais Devastadas	278
XLIV – Áreas Rurais de Preservação Permanente e de Reserva Legal com Isenção do Imposto Territorial Rural	282
XLV – Recomposição, Regeneração e Compensação de Áreas de Reserva Ambiental ou Legal	286
XLVI – A Instituição de Servidão Ambiental ou de Cota de Reserva Ambiental em Outro Imóvel para Fins de Reserva Legal	292
XLVII – Transferência da Obrigação de Implantar a Reserva Legal ou Ambiental ao Adquirente Do Imóvel	298
XLVIII – A Condição do Prévio Registro da Área de Reserva Legal ou Ambiental para Atos de Transmissão e Desmembramento do Imóvel	303
XLIX – Legitimidade do Adquirente do Imóvel para Responder na Ação de Reparação por Danos Ambientais	307
L – Colonização	311
1. Compreensão	311
2. Objetivos	312
3. Colonização de terras públicas e de terras particulares	313
4. O projeto de colonização	315
LI – Transformação de Imóveis Rurais em Urbanos para Fins de Loteamento	318
LII – Loteamento e Desmembramento de Imóveis Rurais	321
1. Conceito e regulamentação	321
2. O procedimento para o loteamento	323
a) Quanto à aprovação	323
b) Quanto ao requerimento	323
c) Quanto ao registro imobiliário do imóvel e quitação fiscal	324
d) Quanto aos memoriais descritivos	324
e) Quanto à planta geral do imóvel	325
f) Quanto à planilha de cálculos e ao plano de aproveitamento do imóvel	326
g) Quanto ao encaminhamento e demais providências	327
3. Desmembramentos de imóveis rurais para utilização comercial, industrial e comunitária	327
LIII – A Discriminação das Terras Públicas	330
1. Propósito visado com a discriminação	330
2. Panorama da legislação	330
3. Terras objeto da discriminação	331
4. O procedimento administrativo	332
5. O procedimento judicial	335
LIV – Legitimação de Posse	337
LV – Regularização de Posse em Terras Rurais	343
LVI – Regularização de Posse na Amazônia Legal	346

LVII – Usucapião de Terras Rurais.....	349
1. Usucapião <i>pro labore</i> do Estatuto da Terra	349
2. Usucapião especial de terras rurais e sistemas legais vigentes para o seu reconhecimento.....	351
3. Sistema legal aplicável para a usucapião de terras rurais	353
4. Requisitos para o usucapião de terras rurais	353
a) Quanto à legitimidade.....	354
b) Quanto às terras usucapíveis.....	355
c) Quanto à posse	357
5. O procedimento judicial e administrativo da usucapião especial rural	358
6. Usucapião especial rural como matéria de defesa e com reconhecimento de domínio	363
7. A isenção do Imposto Territorial Rural	364
LVIII – Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros.....	365
LIX – Terrenos de Marinha.....	370
LX – Terras Indígenas.....	377
1. As terras ocupadas pelos indígenas	377
2. As terras indígenas como direito constitucional	378
3. O tratamento dado pela jurisprudência para a caracterização das terras indígenas ...	381
4. A regulamentação pelo Estatuto do Índio	385
5. A demarcação das terras e a usucapião indígena.....	386
LXI – Terras Situadas na Faixa de Fronteira.....	390
1. Elementos formativos e tratamento legal	390
2. Relação da faixa de fronteira com a segurança nacional	392
3. Providências registrárias.....	396
4. Alienação, pelos Estados, de terras devolutas localizadas na faixa de fronteira e impossibilidade da desapropriação.....	397
5. A declaração de nulidade da desapropriação de terras devolutas da União transferidas a particular por Estado não titular.....	399
LXII – Funrural.....	403
1. A contribuição Social Rural.....	403
2. O contribuinte	404
3. Empregador rural pessoa física e período anterior à Lei 10.256/2001	405
4. Pedido de restituição relativamente a pagamentos feitos nos períodos em que não era devida a contribuição.....	409
LXIII – Seguro Agrícola ou Proagro	412
1. A caracterização do seguro	412
2. A regulamentação específica e a finalidade	413
3. As causas de cobertura	414
4. Direitos que decorrem do seguro	415
5. Fontes de custeio, extensão da cobertura e administração do seguro.....	417
6. O Proagro Mais.....	418
6.1. A comprovação das perdas	418
7. Órgão recursal interno.....	419
8. O prêmio ou adicional.....	419

9. A responsabilidade passiva	422
LXIV – Parceria e Arrendamento Rural	425
1. Conceitos e caracterização	425
2. Leis regulamentadoras	428
3. Natureza dos contratos	429
4. Forma dos contratos	430
5. Prazos de duração	431
5.1. Prazos mínimos para o arrendamento	432
5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal	432
5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária	432
5.2. Prazos mínimos para a parceria	433
5.3. Contratos com prazo indeterminado	434
6. Renovação ou prorrogação do contrato	435
7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel	439
7.1. O direito de preferência em favor do subarrendatário	442
7.2. Concorrência de vários arrendatários	445
7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência	445
7.4. Depósito do preço da venda	446
7.5. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos	447
7.6. Extensão do direito de preferência à parceria	447
7.7. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel	448
7.8. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência	449
8. Benfeitorias e direito de retenção	450
9. Fixação do preço ou remuneração	451
9.1. No arrendamento	451
9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento	453
9.1.2. Preço potencial da área não arrendada	454
9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias	455
9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração	455
9.2. Na parceria	456
10. Extinção do contrato	458
11. Ação de despejo	460
12. Ação de reintegração de posse	463
13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria	463
14. Subarrendamento e subparceria	463
15. Parceria na exploração de madeiras	464
LXV – Locação de Imóvel Rural	446
LXVI – Contrato de Integração para a Produção de Aves e Suínos	471
1. O sistema de integração entre empresas de beneficiamento ou de industriali- zação de produtos de origem agropecuária e o produtor rural integrado	471
2. A formação de novas figuras contratuais	473
3. Da gênese do contrato de integração no fenômeno social	474
4. A presença de elementos de outros contratos na formação de alguns contratos .	476
5. O contrato de integração frente à parceria rural	477
6. O contrato de integração frente ao contrato de sociedade	482
7. A conjugação de elementos da parceria e da sociedade no contrato de integração	485

8. O contrato de integração frente ao contrato de trabalho	486
9. Elementos próprios do contrato de integração	491
10. O tratamento jurídico dado pelos Tribunais ao contrato de integração	494
11. Não incidência de contribuições ou tributos nos contratos de integração	502
LXVII – Crédito Rural	504
1. Configuração e objetivos	504
2. Órgãos financeiros que concedem o crédito rural	506
3. Destinatários do crédito rural	507
4. Requisitos para a concessão do crédito rural	507
5. Condições impostas ao financiado	508
6. Tratamento privilegiado concedido pela legislação agrária ao crédito rural	509
7. Títulos de crédito rural	520
8. Modalidades de crédito rural	521
9. Cédulas de crédito rural	523
9.1. Características	523
9.2. Registro imobiliário das cédulas rurais	523
9.3. Cobrança judicial das cédulas de crédito rural	524
9.4. A impossibilidade de penhora, sequestro e arresto em bens objeto da cédula de crédito rural	527
9.5. Perda dos privilégios especiais na transmissão ou transferência dos título de crédito rural	529
9.6. Vencimento antecipado da cédula rural	531
9.7. Cédula rural pignoratícia	531
9.7.1. Conceituação	531
9.7.2. Finalidade	532
9.7.3. Constituição	533
9.7.4. Prazo de duração e bens objeto da cédula	533
9.7.5. A posse dos bens	534
9.7.6. Alienação dos bens	537
9.8. Cédula rural hipotecária	537
9.8.1. Caracterização	537
9.8.2. Objeto da cédula rural hipotecária	538
9.8.3. Direitos resultantes da cédula rural hipotecária	539
9.8.4. Requisitos do contrato	540
9.8.5. Incidência de várias hipotecas sobre o mesmo bem	541
9.9. Cédula rural pignoratícia e hipotecária	542
10. Nota promissória rural	543
11. Duplicata rural	546
12. Nota de crédito rural	549
13. Cédula de produto rural – CPR	550
13.1. Promessa de entrega de produtos e não de pagamento	550
13.2. As características	551
13.3. O endosso e a liquidação	552
13.4. Caráter cambial	553
13.5. A qualificação como título de crédito	554
13.6. A inscrição da cédula no Registro Imobiliário e a execução	555
13.7. A responsabilidade dos endossantes	556
14. Equalização dos preços dos produtos e dos encargos financeiros	558

LXVIII – Agronegócio e Títulos de Crédito	563
1. A formação do agronegócio.....	563
2. Títulos de crédito criados em função do agronegócio.....	564
3. Regramento relativo ao Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e ao Warrant Agropecuário – WA.....	565
4. Regramentos relativos ao Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, à Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e ao Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA	569
4.1. Quanto ao CDCA	571
4.2. Quanto à LCA.....	572
4.3. Quanto ao CRA	573
LXIX – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf	575
1. Caracterização e criação do Programa.....	575
2. Regulamentação	577
3. Beneficiários do Pronaf.....	579
4. Condições para ter acesso ao financiamento.....	581
5. Objetivos do Pronaf.....	582
6. Tipos específicos de financiamento	583
7. Seguro da Agricultura Familiar (Seaf).....	584
LXX – A impenhorabilidade do Imóvel Rural.....	586
1. Conceitos de institutos relativamente ao tamanho da propriedade rural	586
2. A impenhorabilidade da pequena propriedade	588
3. A impenhorabilidade da moradia em imóvel rural e da pequena propriedade rural..	588
4. Invalidade da renúncia ao direito da impenhorabilidade.....	592
LXXI – O reajuste dos Preços das Dívidas Agrárias de Acordo com a Equivalência do Preço Do Produto	594
LXXII – Queimadas para Atividades Agrícolas	597
1. O alcance das queimadas.....	597
2. A legislação.....	598
3. Visão da jurisprudência do STJ sobre a matéria	604
4. Indeferimento do pedido de queima controlada por motivo de poluição.....	606
LXXIII – O Direito das Águas no Direito Agrário.....	608
1. A lei aplicável em matéria de águas.....	608
2. Águas públicas.....	609
2.1. A abrangência das águas publicas	609
2.2. A utilização particular da água para as necessidades comuns de pequenos núcleos populacionais e as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes.....	612
2.3. A utilização particular das águas para finalidades rurais.....	613
2.4. A outorga de água para a irrigação na agricultura.....	615
2.5. O pagamento pelo uso de água.....	619
2.6. O sentido do caráter de domínio público das águas.....	621
3. Águas particulares	623
4. Aqueduto ou canalização de águas.....	625
5. Águas supérfluas das correntes comuns e das nascentes	630
6. Fluxo das águas pelo prédio inferior ou do escoamento natural das águas.....	634

7. Aproveitamento das águas pluviais	637
8. Tirada de águas.....	637
9. Tomada de água.....	639
10. Escoamento de águas estagnadas	639
LXXIV – Estatuto do Trabalhador Rural.....	641
1. O trabalho rural e incidência do Estatuto	641
2. Tratamento dado ao trabalhador rural.....	642
3. Direitos reconhecidos ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural	643
4. Direitos próprios do empregado rural.....	648
5. Contrato de trabalho rural por pequeno prazo	649
LXXV – Regime Previdenciário dos que Desempenham Atividades Rurais	652
LXXVI – Aposentadoria por Idade	657
1. O direito à aposentadoria	657
2. Tipos de contribuintes.....	658
3. A concessão da aposentadoria mediante a comprovação do exercício de atividade rural e dispensa de contribuição	661
4. O prazo de carência para a aposentadoria.....	664
5. Cálculo diferenciado para a apuração do período de contribuição a partir de 2010...	665
LXXVII – Aposentadoria por Tempo de Contribuição	667
1. Espécies e condições	667
2. Prazos de carência e distinção do tempo de contribuição.....	670
3. Cômputo do tempo de serviço rural exercido antes da Lei 8.213/1991, sem recolhimento das contribuições, para fins de concessão de aposentadoria.....	674
4. Contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade rural, urbana e pública.....	676
5. O valor do benefício	679
6. Documentação para pedir a aposentadoria	679
LXXVIII – Aposentadoria do Trabalhador Rural por Invalidez	681
1. A condição da incapacidade total e definitiva para o trabalho	681
2. Tipos de invalidez e prazos do início do benefício.....	682
3. O valor da aposentadoria.....	683
4. A carência	684
5. Acréscimo do valor, se necessária a assistência, e cancelamento do benefício.....	685
LXXIX – Auxílio-Doença	686
LXXX – Auxílio-Acidente	689
LXXXI – O Benefício da Pensão por Morte do Trabalhador Rural	691
1. O direito ao benefício, o valor da pensão e a carência	691
2. Classes de dependentes e beneficiários	691
3. Cessação do benefício e redução do valor.....	693
4. Exigências para a concessão	694
5. Os beneficiários de segurado que tiver morte presumida	694
6. Inexistência de prazo de decadência para os incapazes	695
7. Cumulação da pensão com outros benefícios	695
LXXXII – Salário-Família	697

LXXXIII – Salário-Maternidade.....	701
LXXXIV – Auxílio-Reclusão	707
LXXXV – O abono Anual Acidentário	712
LXXXVI – Seguro-Desemprego	714
LXXXVII – Habilitação e Reabilitação Profissional	719
LXXXVIII – Acidente do Trabalho	722
LXXXIX – A Contribuição Previdenciária de Pessoas Ligadas à Atividade Rural.....	728
1. Contribuição do empregador rural pessoa física.....	728
2. Contribuição devida pela pessoa jurídica que atua na área da agroindústria.....	731
3. Contribuição devida pelo segurado rural especial	733
4. Contribuição devida pelo segurado rural individual pessoa física.....	735
5. Contribuição de consórcio simplificado de produtores rurais	735
XC – Cultivares.....	737
1. A formação de cultivares	737
2. Cultivares locais ou tradicionais ou crioulas, e cultivares convencionais, híbridas e transgênicas	740
3. A obtenção de licença para produzir cultivares.....	742
4. A proteção da cultivar	744
4.1. O prazo de proteção da cultivar	747
5. A utilização de cultivares que não constitui violação ao direito de propriedade.....	748
6. O preço pelo direito de uso	751
7. A revalidação no Brasil das cultivares autorizadas no exterior	753
XCI – Contribuição Devida ao Incra	758
BIBLIOGRAFIA	761
OBRAS DO AUTOR.....	767